

1  
1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

**Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 06/09/2019**

No sexto dia do mês de setembro, do ano de 2019, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os(as) **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MPPR), Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR), Tadeu Veneri (ALEP), Aurelio Munhoz (AMP); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Jorge Brand - Dep. Goura (ALEP), Maria Nysa Moreira Nanni (SESP), Roberta Mitiko Oishi (AMP); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Amanda Peçanha Teixeira Vaz (UBM), Rute Regina Alves (ACECTP), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Jucimeri Isolda Silveira (CRESS PR); **Conselheiros(as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado), Diego Gomes de Lima (UNA LGBT), Waleiska Emília Fernandes Figueiras (SINDIJOR), João Francisco Freire Neto (Rede Pontes); **Convidados(as)/ Observadores:** Isabela Perotti (ALEP – Mandato Goura), Roselene Sonda (CAOPJDH MPPR), Regina Bley (SEJUF). O Conselheiro Diego inicia a discussão da reunião indicando sobre a inclusão de um novo ponto de pauta que diz respeito à construção dos planos do PPA na área dos direitos humanos. O Vice-Presidente Clau concordou com a ideia e frisou a importância deste debate na reunião do COPED junto aos Conselheiros eleitos que irão auxiliar no processo de construção do plano. O ponto de pauta foi aprovado. A convidada Daniele iniciou o debate informando os orçamentos aplicados nos anos anteriores, que são, respectivamente, 2017 (4 milhões e 746 mil), 2018 (3 milhões e 345 mil), 2019 (3 milhões e 647 mil (até o momento)). A proposta para o ano de 2020 ainda está em desenvolvimento e consiste em valores de diárias e passagens distribuídas nos seguintes segmentos: PPCAAM, PROVITA, Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), COPED, CPECT, CERMA, CONSEPIR. A Conselheira Walesika questiona o motivo do COPED ter valores inferiores aos demais Conselhos. A convidada Daniele aponta que os valores foram repassados pelo próprio DEDIF. A Chefe do Departamento, Regina Bley, explica que os valores são projeções baseados nos anos precedentes e, também, no número de Conselheiros de cada Conselho. Ademais, afirmou que apesar dos valores orçados,

6

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

29 é possível gastar acima do avaliado com a devida justificativa. A convidada Daniele deu  
30 continuidade às explanações do orçamento indicando outros gastos, tais como: a locação da  
31 Escola de Direitos Humanos, previsão da Conferência LGBT, conferência de Direitos Humanos,  
32 Capacitações, Seminários, Capacitação da ESEDH e Material Gráfico. A Conselheira Waleiska  
33 questiona sobre o funcionamento dos gastos acima do orçado. A Convidada Daniele reitera a  
34 possibilidade e afirma que é necessário realizar “ajustes orçamentários”. Diante disso, a  
35 Conselheira Waleiska pergunta se não é possível que alguns desses ajustes sejam feitos nesse  
36 momento, tendo em vista os baixos valores em diversos pontos que foram orçados. A alteração  
37 é possível, como aponta a convidada Daniele e a Chefe do Departamento Regina Bley. Após  
38 questionamentos sobre os valores referentes aos materiais gráficos feitos pela Conselheira  
39 Waleiska, Regina Bley informou que existe um setor dentro da Secretaria de Assessoria de  
40 Comunicação que está centralizando estes serviços, contudo, pontua que eles atendem toda a  
41 Secretaria. Regina Bley reitera a questão dos materiais orçados em prol dos Direitos Humanos e  
42 afirma que todos os materiais propostos (cartilhas e demais materiais) podem ser desenvolvidos  
43 em conjunto com o COPED. A Chefe do Departamento Regina Bley, em resposta ao Conselheiro  
44 Diego, frisa que o projeto ainda é uma proposta, um projeto orçamentário e, pode ser alterado  
45 em conjunto com o COPED, porém, quando o mesmo se tornar uma lei orçamentária, não terá  
46 mais flexibilidade. O Conselheiro Anderson assinala que o PPA é uma visão estratégica da  
47 gestão pública. Buscando mais objetividade, o Vice-Presidente Clau propôs uma dinâmica para  
48 que cada Conselheiro pudesse sugerir dentro das temáticas que mais tem conhecimento. A  
49 Conselheira Amanda sugere que seja adotada a proposta que a Conselheira Jucimeri  
50 encaminhou ao grupo do Whats’App do Conselho, além disso, também sugeriu que fosse  
51 segmentado entre gênero e espécie, para que pudesse ser apurado o que está faltando ou  
52 sobrando. O documento será desenvolvido pela Conselheira Amanda. A Conselheira Karollyne  
53 questiona se o tópico “Quatro cadernos de metodologia de educação em direitos humanos para  
54 professores na rede estadual”, estaria associado à ação de ampliação na educação em direitos  
55 humanos na escolas proposto pela Conselheira Jucimeri. Os(as) Conselheiros(as) confirmaram.  
56 Ademais, o Vice-Presidente Clau sugere que, além deste debate com os professores e  
57 funcionários das escolas, fosse proposto alguma ação juntamente com os alunos. Para que seja

11

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

58 possível realizar essa alteração, a convidada Daniele menciona que é necessário verificar se  
59 estes cadernos já não foram desenvolvidos. Isso será verificado juntamente a Regina Bley que  
60 não se encontrava na sala no momento. A Conselheira Edna pergunta sobre o fundo rotativo  
61 mencionada pela convidada Daniele. Daniele informa que este fundo é destinado às escolas  
62 para despesas de emergência. Regina Bley informa que os Cadernos estão em construção; A  
63 Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), em conjunto com a SEED, desenvolveu  
64 um programa de formação no ano de 2018, voltado à educação de direitos humanos nas escola  
65 e, à partir deste projeto, surgiu a ideia dos cadernos. Os cadernos são voltados aos professores  
66 e à equipe pedagógica para que possam serem trabalhados nas escolas. O Vice-Presidente  
67 Clau propôs que, além dos Cadernos que já estão em desenvolvimento, fosse desenvolvido um  
68 projeto paralelo diretamente com os alunos, pois, segundo o Vice-Presidente, mesmo que os  
69 Cadernos sejam enviados às escolas, isso não garante que os mesmos sejam trabalhados.  
70 Assim, é possível que o debate dos direitos humanos seja garantido. Regina Bley sugere que a  
71 Diretora da ESEDH seja convidada para apresentar o projeto dos cadernos em uma reunião do  
72 COPED. Conselheiro Diego questiona sobre a possibilidade de não execução do orçamento,  
73 devido a dimensão das propostas, por isso, sugere que antes de qualquer recomendação do  
74 Conselho, seria interessante que essa apresentação ocorresse, para que seja possível mensurar  
75 a proposta completa. Regina Bley adverte que todas as propostas são baseadas na  
76 possibilidade de execução das mesmas. Outrossim, sugere que o orçamento (e suas sugestões)  
77 seja pautado apenas dentro de possibilidades; sendo preferível um orçamento modesto que  
78 possa ser executado, em contrapartida a um super-orçamento que não será executado.  
79 Complementarmente, Regina Bley pede que a fala seja registrada em ata: todo o orçamento  
80 ainda é passível de alteração e complementação deste Conselho; A apresentação e presença de  
81 pessoas envolvidas no orçamento, é justamente para que as dúvidas e sugestões possam ser  
82 observadas. Por isso, o projeto está sendo submetido ao COPED para análise e contribuições. A  
83 Conselheira Amanda indica que nessa reunião seria proveitoso construir uma lista de prioridades  
84 para o orçamento e, sugeriu como encaminhamento, que essa lista seja construída através de  
85 um método que, aparentemente, ainda não foi discutido. O Conselheiro Rafael e o Conselheiro  
86 Anderson comentam que, antes disso, seria importante que a apresentação seja realizada por

12  
13  
14  
15

16

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

87 completo. O Vice-Presidente Clau pergunta se, além da planilha apresentada, existem outros  
88 dados a serem apresentados. A Convidada Daniele confirma e acrescenta que foi apresentado o  
89 orçamento primeiro, pois, ele se encontra em curso e terá que voltar para a Secretaria. Regina  
90 Bley solicita para Daniele que, antes de sua saída, ela apresente o quadro histórico dos  
91 investimentos, demonstrando o quanto foi executado em direitos humanos e cidadania desde  
92 2017. O quadro foi deixado impresso para que Conselho possa analisar. O Conselheiro  
93 Anderson reforça a fala do Conselheiro Rafael para que o Conselho continue acompanhando a  
94 apresentação; além disso, questiona sobre o decréscimo que observou no orçamento. A  
95 convidada Daniele indica que a diminuição é correspondente à redução da formalização dos  
96 convênios. Regina Bley informa que cinco meses antes do término do convênio PROVITA, já foi  
97 encaminhado um ofício para o Ministério de Direitos Humanos visando adiantar o processo de  
98 formalização, tendo em vista sua possível demora. A convidada Ingrid iniciou sua fala  
99 comentando que o Conselho já está participando do PPA. Pontua também, que o texto  
100 apresentado na reunião anterior, cujo título era “Cidadão Beneficiado com Ações de Estímulo à  
101 Participação Social que Visam a Garantia dos Direitos Fundamentais e Cidadania”, foi alterado  
102 conforme sugestões do COPED. O Conselho pediu que fosse incluído no nome os seguintes  
103 termos “Participação Defesa e Proteção, Promoção e Educação”, conforme Ingrid relata, a  
104 Secretaria de Planejamento discutiu essa questão e realizou algumas alterações, dentre elas o  
105 termo “Cidadão” foi alterado para “Pessoa” pela amplitude e, além disso, outros nomes foram  
106 adicionados. O nome ficou: Pessoa Beneficiada em Ações de Participação, Promoção, Proteção  
107 e Defesa Social. Entretanto, o termo “Educação” não foi incluído por se tratar de uma política da  
108 Secretaria de Educação, o que não significa que ações não serão trabalhadas neste meio. A  
109 métrica foi estabelecida como “Pessoa Beneficiária” para que o Cidadão entenda que existe uma  
110 “entrega”; Acrescentou também que, em outras secretarias, essa métrica não é utilizada. Regina  
111 Bley reitera a importância desta alteração que estabelece como meta pessoas beneficiadas, com  
112 programas específicos que envolvam atendimento à população. Com relação a não constar  
113 explicitamente o eixo de educação, questiona se a Escola de Educação em Direitos Humanos,  
114 vinculado ao Departamento de Direitos Fundamentais – e que promove ações de educação –, se  
115 ao realizar ações na área, seriam contabilizadas ao PPA. A convidada Ingrid responde que sim,

17  
18  
19  
20

21

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

116 será possível incluir através do novo sistema que está aberto em um site e que conterà a  
117 memória de cálculo, onde será possível realizar a inclusão das ações realizadas. Também  
118 reitera que a proposta realizada pelo Conselho já foi considerada e aplicada. A Conselheira  
119 Karollyne sugeriu alterações na redação apresentadas no tocante à “identidade de gênero” que  
120 não estava contemplada no texto. O Vice-Presidente Clau sugere uma alteração de texto “Idade,  
121 Gênero, Orientação Sexual, Identidade de Gênero”. A convidada Ingrid afirma que o Conselho já  
122 está participando do PPA e que a alteração requisitada será realizada. Continuando sua fala,  
123 informa sobre a sazonalidade na aplicabilidade das metas, comunicando que em ano de  
124 eleições municipais e também em ano de eleições estaduais, acontecem restrições que devem  
125 ser previstas. Com relação aos indicadores, Ingrid exemplifica com o programa “Justiça,  
126 Cidadania, Trabalho e Assistência Social”, que possui indicadores que demonstram uma  
127 evolução ao longo do tempo; sendo possível realizar uma projeção para os próximos anos e  
128 confirmar o resultado do programa. Como exemplos, a convidada Ingrid exibiu dois índices que  
129 foram utilizados: “Índice de Resolutividade da Defesa do Consumidor no Paraná” e o “Grau de  
130 Participação de Admitidos no Mercado de Trabalho Formal Vida Rede Sine”, os quais também  
131 tiveram projeções para os próximos quatro anos. Ingrid questiona o Conselho sobre qual seria o  
132 melhor Indicador de resultados para o PPA envolvendo Direitos Humanos. O indicador seria  
133 referente ao primeiro trimestre do que aconteceu no ano anterior, portanto, qualquer índice  
134 proposto precisa ser mensurável até março do ano seguinte. Ingrid informa que, por enquanto,  
135 não existem indicadores no PPA de Direitos Humanos. Dando continuidade à explicação do PPA,  
136 Ingrid informa sobre o site do Planeja Paraná, que está aberto para recebimento de opiniões da  
137 população. Além disso, irão acontecer seis audiências públicas no Estado do Paraná no decorrer  
138 dos próximos dias; em cada audiência, serão debatidos três programas. As audiências irão  
139 ocorrer nos seguintes municípios: Curitiba, Ponta Grossa, Apucarana, Umuarama, Cascavel e  
140 Guarapuava. Reiterando a fala da convidada Daniele, Ingrid comenta que o teto orçamentário  
141 ainda não foi divulgado e, assim que for disponibilizado, a LOA para o ano que vem será  
142 discutida. Regina Bley indaga sobre a metodologia da distribuição do orçamento. Ingrid informa  
143 que existem como fonte de recursos as federais e estaduais, como também alguns fundos  
144 específicos (que contemplam áreas específicas), por isso, algumas áreas acabam recebendo

22  
23  
24  
25

26

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

145 mais valores do que outras. Os números exatos e a forma da distribuição, Ingrid relata que não  
146 sabe informar ao certo, por não ser sua área, apenas essa diferenciação na fonte dos recursos.  
147 O Conselheiro Diego questiona se a questão da educação no PPA não seria uma possibilidade  
148 de constar uma transversalização de áreas, informando que a Secretaria de Justiça também  
149 trabalhe com essas políticas. Ingrid responde que isso já é possível, como havia comentado, na  
150 especificação das ações via memória de cálculo que estará disponível. Porém, exemplifica o  
151 motivo da Secretaria de Justiça não poder trabalhar diretamente com a política de educação: O  
152 CEDCA havia requisitado uma iniciativa envolvendo a política da criança em outras Secretarias  
153 e, essa política, impacta dentro da unidade orçamentária de cada uma das Secretarias;  
154 especificando a área o orçamento, (citando como outro exemplo uma compra para vacina  
155 destinadas a crianças e não no geral) ele pode ficar engessado. Regina Bley aponta que um dos  
156 motivos dessa impossibilidade reside no fato da SEED ter uma coordenação específica de  
157 educação em direitos humanos. O Conselheiro Anderson questiona se ela não teria sido  
158 fechado. Regina Bley aponta que na verdade ela foi integrada e hoje existe um Departamento da  
159 Diversidade e Direitos Humanos. A convidada Ingrid confirma que esse é também um dos  
160 motivos que impede a especificação mencionada anteriormente. Dando continuidade à  
161 explicação do programa da Secretaria, intitulado “Justiça, Cidadania, Trabalho e Assistência  
162 Social”, Ingrid menciona que existem três programas inclusos nele: Gestão Administrativa,  
163 Justiça e Encargos Especiais; esses programas não possuem metas. Ademais, expõe que por  
164 enquanto só é possível estabelecer uma meta que representa a iniciativa. Inclusive, isso é algo  
165 que vem sendo discutido internamente para que seja possível incluir mais metas. A Conselheira  
166 Edna questiona um ponto com relação às visitas nas cadeias públicas, de mães e mulheres que  
167 precisam passar por uma revista íntima, uma exposição extremamente constrangedora; a  
168 Conselheira indaga, o que o que o Estado pode realizar para evitar esse constrangimento? A  
169 Conselheira Waleiska manifesta que essa é uma responsabilidade da Secretaria de Segurança  
170 Pública, acrescenta também que esse tipo de revista não faz parte da rotina, ela acontece  
171 quando existe alguma espécie de desconfiança, o que, segundo a Conselheira, também não  
172 justifica esse tipo de exposição. Regina Bley sugere que, quanto a esse ponto, o Conselho  
173 possa fazer uma recomendação a Secretaria da Segurança Pública. O Vice-Presidente Clau

27  
28  
29  
30



31

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

174 informa que requisitou que todas as iniciativas do programa fossem apresentadas, pois, dentro  
175 das iniciativas, não existe uma questão específica para a população LGBTI, e segundo relata o  
176 Vice-Presidente, Ingrid comentou que não existe uma Secretaria, Comissão, Conselho, etc..  
177 específico para a comunidade LGBTI, por isso, não existe uma questão orçamentária para essa  
178 política. O Vice-Presidente questionou, então, qual seria o caminho para iniciar o debate, para  
179 que futuramente isso possa ser contemplado. Ingrid afirma não ter conhecimento sobre como  
180 iniciar essa questão. Ademais, acrescenta que essa segmentação que vem ocorrendo também  
181 tem lados negativos. Exemplificando, indica que foi requisitado um orçamento voltado para a  
182 criança. Tendo isso em vista, como isso poderia ser mensurado em uma pavimentação? Ingrid  
183 comenta também que isso seria facilmente percebido com investimentos em uma escola, mas  
184 não na construção de uma ponte, como outro exemplo. Portanto, concluí que essa segmentação  
185 pode trazer problemas na visualização de dados. Regina Bley retoma um comentário do  
186 Conselheiro Anderson que afirmava haver uma redução orçamentária, segundo os dados  
187 apontam, não houve uma redução e, sim, um retorno ao orçamento de 2017; os dados são:  
188 2017 (4 milhões, 750 mil), 2018 (6 milhões, 153 mil) e 2019 (4 milhões, 736 mil). O Conselheiro  
189 Anderson se referia a um decréscimo de 2018 para 2019. Continuando o comentário, Regina  
190 Bley comenta que houve um decréscimo na execução do orçamento, cita por exemplo, que em  
191 2018 foram orçadas três conferências que seriam no valor de 1 milhão de reais e, nenhuma foi  
192 realizada. Retornando a reunião após o intervalo do almoço, o Vice-Presidente Clau abriu a  
193 sessão propondo como encaminhamento que, as pautas que a Conselheira Jucimeri trouxe,  
194 sejam incluídos dentro do cronograma. E, após isso, poderia ser discutida a proposta do  
195 programa que envolve educação em direitos humanos com os alunos da rede pública. A  
196 Conselheira Amanda sugere que sejam verificadas as demandas específicas de cada comissão.  
197 Indicando sobre as ações da Comissão de Monitoramento, afirma que a Comissão está bem  
198 próxima de iniciar o projeto das visitas técnicas. Outrossim, menciona que seria interessante  
199 uma discussão sobre a possibilidade da produção de algum material com relação aos direitos  
200 humanos para ser distribuído entre os internos, que hoje são trinta mil ao total. Dando  
201 continuidade a sua fala, discorreu acerca do encaminhamento enviado pela Conselheira  
202 Jucimeri no grupo, sobre as linhas de ações no PPA: apoiar implantação de centro de

32  
33  
34  
35

36

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

203 referências em direitos humanos no Paraná, com participação das organizações da sociedade  
204 civil; ampliar as ações de direitos humanos em escolas e demais serviços públicos; implantar  
205 sistemas unificados da denúncia e rede de proteção; aprimorar o programa de ameaçados de  
206 morte; implantar um observatório estadual de direitos humanos com participação da sociedade  
207 civil e universidades para disseminação de conteúdo, diagnósticos e ações em direitos  
208 humanos; implantar programa de práticas restaurativas em conjunto com o sistema de justiça e  
209 demais organizações de defesa de direitos; apoiar organizações em direitos humanos para  
210 atendimento de pessoas com direitos violados; realizar ações de promoção de direitos humanos  
211 por meio de seminários, audiências, eventos, para fortalecer a indivisibilidade, integralidade e  
212 indissociabilidade em direitos humanos. A Conselheira Amanda acrescenta que essas ações  
213 devem ser segmentadas de acordo com cada temática na planilha do PPA. Ademais, devem ser  
214 incluídas as propostas de cada comissão e o orçamento de cada uma delas. Com relação às  
215 visitas técnicas, a Conselheira Amanda frisou a importância de sua execução e comentou que  
216 estão previstas diárias para quatro conselheiros, sendo que podem ser selecionados  
217 conselheiros do interior que estariam próximos de algumas penitenciárias, o que facilitaria a  
218 logística; destacou também sobre o material interno a ser desenvolvido. A Conselheira Karollyne  
219 menciona que esses materiais geralmente só podem ser entregues na biblioteca dos presídios.  
220 O Conselheiro Anderson exprime a necessidade de se pensar também na violação dos direitos  
221 humanos dos funcionários, portanto, o material deve abarcar também esse público. Com relação  
222 à capacitação da ESEDH, o Conselheiro Anderson sugere que os cursos contemplem também  
223 os membros do COPED e Conselheiros de Direitos Humanos. A Conselheira Amanda  
224 recomenda que o Conselho compreenda toda a estrutura do programa de capacitação, logo,  
225 isso pode ser questionado na reunião porvir em conjunto com a Escola de Direitos Humanos. O  
226 Conselheiro Diego inicia suas pontuações sobre o orçamento, indicando sobre a demanda  
227 dialogada em dezembro de 2018, durante uma audiência do COPED, na qual era sugerida a  
228 criação e fortalecimento de um Fórum Interconselhos de Direitos. O Conselheiro Diego sugere  
229 que esses encontros possam ocorrer anualmente ou semestralmente. Outro ponto seria a  
230 realização de eventos anuais do COPED alusivos ao 10 de dezembro (Dia Internacional dos  
231 Direitos Humanos). Como esses eventos já ocorrem, o Conselheiro Diego propõe que isso seja

37  
38  
39  
40



41

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

232 incluído no orçamento como uma prática contínua, sugerindo um encontro Estadual de Direitos  
233 Humanos. Outro ponto importante seria a efetivação de visitas técnicas do COPED em  
234 instituições apontadas pelas Comissões. A Conselheira Amanda destaca a importância das  
235 visitas técnicas do COPED, que, segundo ela, deveria ser um dos pilares do orçamento.  
236 Acrescenta também a importância da criação de um cronograma completo, incluindo todas as  
237 instituições que serão visitadas. O Vice-Presidente Clau propõe que, em conjunto com as diárias  
238 dos Conselheiros do COPED, seja acrescentado as diárias das visitas técnicas na planilha  
239 orçamentária. A Conselheira Amanda e o Conselheiro Diego salientam a importância de  
240 apresentarem as demandas e os valores, independente das segmentações da tabela  
241 orçamentária. O Conselheiro Diego indica que um caminho para o orçamento seria pontuarem a  
242 quantidade de visitas técnicas que são previstas por ano. A assistente social Roselene (Lena) do  
243 MPPR sugere que sejam cinco visitas técnicas por ano e a Conselheira Amanda complementa  
244 falando sobre três diárias em cada uma destas visitas técnicas. O Conselheiro Rafael questiona  
245 os valores estipulados hoje. A Conselheira Amanda responde que a ideia é que não sejam  
246 enviados os valores, só a estimativa das visitas e suas diárias. O Conselheiro Diego descreve a  
247 redação das visitas técnicas que foi formulada: Efetivação das visitas técnicas do COPED em  
248 instituições apontadas pelas Comissões, sendo que a lista de localidades está em construção; a  
249 média será de cinco visitas por ano, com até três dias de duração cada, contemplando quatro  
250 Conselheiros, num total de vinte visitas técnicas do COPED durante os próximos quatro anos.  
251 Dando continuidade às propostas, o Conselheiro Diego lê a proposta da Conselheira Jucimeri  
252 que visa alguma estratégia de fomento ao ensino, pesquisa e extensão universitária e  
253 divulgação científica no campo da educação em direitos humanos, que, através de várias áreas  
254 de conhecimento (exemplo: Direito), podem contribuir com a educação em direitos humanos. O  
255 Conselheiro Diego propõe uma espécie de concurso estadual, no qual serão enviados projetos  
256 de pesquisas na área de direitos humanos. A Conselheira Amanda questiona se isso poderia ser  
257 realizado em 2020, pois seria pouco tempo para a execução. O Conselheiro Diego concorda,  
258 mas pontua que pode ser importante indicar o projeto para um futuro próximo. O Conselheiro  
259 Rafael concorda e destaca que isso deve estar contemplado no PPA. A Conselheira Amanda  
260 reitera a importância do recorte das ações serem realizadas dentro do Estado do Paraná. O

42  
43  
44  
45

261 Conselheiro Diego continua outras demandas sugeridas pela Conselheira Jucimeri, sendo a  
262 próxima voltada para a gestão da socioeducação que consiste em proporcionar cursos e oficinas  
263 profissionalizantes no campo da economia criativa, como, por exemplo, cursos de fotografia,  
264 cinema e audiovisual, produção musical, DJ, ilustração e facilitação gráfica, para adolescentes  
265 em cumprimento de medida socioeducativa. O Conselheiro Diego questiona se essa ideia não  
266 pode ser encaminhada diretamente ao CEDCA ou se seria uma proposição da própria  
267 Secretaria. O Conselheiro Anderson pergunta ao Conselheiro Diego se essa questão não  
268 poderia ser encaminhada para ele através do DPCA, para ser discutida na próxima Conferência.  
269 O Conselheiro Diego alerta que a Conferência só irá ocorrer em Outubro e isso pode atrasar o  
270 encaminhamento. O Conselheiro Anderson reitera a fala da Convidada Ingrid, quando afirmou  
271 que a excessiva segmentação dificulta o orçamento. Como já existem linhas próprias do sistema  
272 educativo para cursos profissionalizantes, o Conselheiro Anderson esclarece que uma  
273 deliberação mais efetiva seria uma proposição do CEDCA. Como encaminhamento, o CEDCA  
274 será oficiado com essa proposta. O Conselheiro Diego informa também sobre a proposta para  
275 criar e desenvolver programas de educação em direito humanos, específicos para os centros de  
276 juventude, que seriam instalados em cidades de IDH baixo ou com altos índices de violência. O  
277 Conselheiro Anderson questiona se a SEED não possui esses programas de educação em  
278 direitos humanos. O Vice-Presidente Clau informa que possuem, porém, não são executados e  
279 acrescenta que a mesma crítica que faz com as equipes multidisciplinares, faz a esses  
280 programas. Por isso, reitera sua sugestão de levar os estudantes a um espaço específico para  
281 ministrar tais programas. A Conselheira Amanda concorda e salienta que a própria postura dos  
282 estudantes é diferentes quando eles “ocupam” um lugar diferente. Como proposta, o Vice-  
283 Presidente Clau sugere que as escolas sejam mapeadas, periféricas de preferência, e indica  
284 levar os alunos a algum espaço diferente para eles terem contato com essas ações, como, por  
285 exemplo, a própria Secretaria da Justiça. O texto produzido pelo Conselheiro Diego ficou da  
286 seguinte forma: “Criar e desenvolver programas de educação em direitos humanos específicos  
287 para estudantes de escolas periféricas e do interior”. Além desse projeto, o Conselheiro Diego  
288 propõe algum concurso para que alunos da rede estadual possam conhecer o COPED e as  
289 atuações do Conselho junto à área dos direitos humanos. Após discussão, o texto desta ideia

51

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

290 ficou da seguinte forma: “Desenvolver projeto nos moldes do geração atitude para que  
291 estudantes de diferentes regiões do Estado conheçam a atuação do COPED-PR e possam  
292 discutir soluções para a área dos direitos humanos”. Outra proposta lembrada pelo  
293 Conselheiro Diego a ser incluída no PPA é a implementação dos centros de referência em  
294 direitos humanos. Os demais Conselheiros e Conselheiras chegaram no número de seis centros  
295 de referência a serem criados nos próximos quatro anos; o Conselheiro Diego leu a redação da  
296 proposta: “Implantar seis centros de referência em direitos humanos no Paraná, com base em  
297 resolução do COPED”. Outro ponto levantado pelo Conselheiro Diego é o custeamento de  
298 despesas básicas de conselheiros e conselheiras do COPED. O Vice-Presidente Clau afirmou  
299 que a consulta sobre essa questão aguarda resposta do jurídico da Secretaria. O Conselheiro  
300 Diego aponta sobre a necessidade de criação de um Conselho LGBT. A Conselheira Karollyne  
301 comenta sobre a dificuldade na criação do mesmo. O Vice-Presidente Clau indica a importância  
302 de uma Conferência LGBT a ser organizada pelo COPED. A Conselheira Karollyne concorda  
303 com a promoção da Conferência. Ademais, questiona o Conselheiro Anderson sobre a criação  
304 dos Conselhos serem realizados via Decreto. O Conselheiro Anderson afirma serem criados por  
305 Decreto, contudo, comunica que essa criação também facilita a extinção dos Conselhos, como  
306 aconteceu recentemente com Conselhos Nacionais que foram extintos pelo Presidente  
307 Bolsonaro. Por fim, o Conselheiro Diego incluiu no PPA o seguinte texto: “Garantir a criação e  
308 manutenção de um Conselho Estadual LGBTI em parceria com o Comitê”. Como outra  
309 sugestão, o Conselheiro Diego propõe a criação de algum aplicativo para centralizar  
310 informações sobre direitos humanos. O Conselheiro Rafael acredita que uma campanha  
311 publicitária possa ser eficiente, assim como aquela desenvolvida pelo CONSEPIR em 2015-  
312 2016, o Conselheiro propõe alguma campanha no combate à intolerância. Com relação aos  
313 pontos “implantar sistemas unificados de denúncia e redes de proteção” e “apoiar organizações  
314 em direitos humanos para o atendimento a pessoas com direitos violados”, eles serão  
315 verificados junto a Conselheira Jucimeri para maiores explicações, pois não ficou claro para o  
316 Conselho. A última questão anotada pelo Conselheiro Diego é a criação de programas de  
317 empreendedorismo para jovens recém formados no ensino médio. Segundo o Conselheiro  
318 Anderson, já existem programas com esse fim, sendo um deles o AFAI, voltado para a família, e

52  
53  
54  
55

56

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

319 o Família Paranaense, que engloba questões de vulnerabilidade e possui um sistema de  
320 monitoramento para acompanhar a evolução deste programa. Ambos os programas já existem e  
321 possuem orçamento para essas finalidades que haviam sido sugeridas. Em referência à  
322 inexistência de um índice voltado aos direitos humanos que fora mencionado na parte da  
323 manhã, o Conselheiro Anderson recomenda a sistematização de monitoramento de denúncias,  
324 pois, hoje não existe um sistema de monitoramento de denúncias, impedindo as denúncias de  
325 serem quantificadas e qualificadas, sugere também a criação de campanhas publicitárias para  
326 divulgar os canais de denúncia, como o disque 100 (nacional) e, principalmente, o 181, por ser  
327 da esfera estadual. Após discussões e alterações quanto à redação da proposta, ela foi lida pelo  
328 Conselheiro Diego: “Criação de sistema digital de acompanhamento de denúncias  
329 encaminhadas aos diferentes órgãos estaduais, de modo que seja possível acompanhar os  
330 fluxos, encaminhamentos e eventuais resoluções”. As definições da reunião serão repassadas à  
331 Conselheira Jucimeri. Sem mais, a reunião foi encerrada. A presente ata foi lavrada por Matheus  
332 Petris e corrigida pela servidora Ana Raggio.

57  
58  
59  
60



61

**CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED**

333

62  
63  
64  
65

**Palácio das Araucárias  
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico  
Fone: (41) 3210-2778 – CEP: 80530-140**